



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços

PREGÃO Nº 02/2020
(Processo Administrativo n.º.23422.015421/2019-90)

1 DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em regime de comodato dos botijões, para atender às necessidades da Unidade Alojamento Estudantil da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID	Quantidade de botijões	Quantidade em KG por botijão	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	335429	Gás liquefeito de petróleo – GLP – em botijões de 45kg	Recarga de 1 botijão	336	45	R\$ 362,75	R\$ 121.882,32
Total							R\$ 121.882,32

- 1.2.** Deverão ser instaladas duas baterias com quatro botijões P-45 cada bateria, conforme layout disponibilizado pela UNILA (Anexo I), para atender às demandas da Unidade Alojamento Estudantil.
- 1.3.** Os botijões a serem fornecidos devem ser, se aplicável: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iii) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.5.** O custo estimado da contratação é de R\$ 121.882,32 (cento e vinte e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** Com a finalização da construção do Alojamento Estudantil e o início das atividades da Unidade, será necessária a disponibilização do fornecimento de gás GLP. O item será utilizado para alimentação dos fogões e aquecedor de água previstos no Espaço de Convivência da referida Unidade.
- 2.2.** No projeto do Alojamento Estudantil estavam previstos 2 cilindros de gás GLP de 190 Kg (P-190). Foi verificado com alguns fornecedores que a forma de fornecimento do gás P-190 é a granel e



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

que seus valores podem variar conforme a demanda. De tal forma, foi verificada a possibilidade de substituição dos 2 botijões P-190, por duas baterias de 4 botijões de 45 Kg (P-45Kg). A adoção do botijão de 45 Kg não tem impacto na execução do projeto e busca que a estimativa realizada pela UNILA não impacte no custo do Kg do gás.

- 2.3. O quantitativo anual do consumo de botijões de gás foi estimado considerando como base para os cálculos, o perfil de consumo do antigo Alojamento Estudantil da UNILA, que era de 225 Kg/mês de GLP para uma população de 70 pessoas. Na época utilizava-se um conjunto de quatro fogões no Alojamento, o mesmo número de fogões que serão utilizados no Novo Alojamento Estudantil.
- 2.4. O quantitativo foi estimado em 1.253 Kg de gás GLP por mês, considerando o consumo per capita que havia no antigo Alojamento Estudantil, bem como demais características previsíveis de consumo para a nova Unidade. Esse quantitativo de Kg de gás por mês equivale a 28 botijões de 45 Kg e o consumo anual previsto é de 336 botijões. O consumo foi estimado pela área técnica da UNILA.
- 2.5. Realizar a contratação através do Sistema de Registro de preço possibilitará que a UNILA atenda de forma imediata a necessidade de fornecimento de gás GLP. Além disso, é essencial que a UNILA tenha uma Ata de Registro de Preço disponível para quando a obra do novo Alojamento Estudantil for finalizada, para que possamos disponibilizar a infraestrutura planejada o mais rápido possível. Por fim, a contratação pretendida nesse Termo de Referência, está de acordo com o inciso IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.
- 2.6. Além disso, como trata-se de uma estimativa de consumo de gás, não se tem o quantitativo exato a ser adquirido para o período de 1 (um) ano. Como não houve a aquisição de gás GLP pela UNILA para o Alojamento Estudantil, recentemente, o sistema de registro de preços facilitaria a aquisição.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 *“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”*

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos gases, incluindo a interligação das duas baterias de 4 botijões cada, totalizando 8 botijões cedidos em comodato, com fornecimento de todos os materiais, é de 15 (quinze) dias, contados da solicitação do fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço:
 - 4.1.1 Alojamento Estudantil. Avenida Tancredo Neves, 3147, Jd. Porto Belo, Foz do Iguaçu/PR.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 4.2. O abastecimento dos botijões deverá ser feito entre 8h00min e 16h00min, em até 5 dias após a solicitação por parte da contratante (envio da nota de empenho/solicitação, via e-mail); A entrega deverá ocorrer na presença de servidor da contratante que efetuará a conferência da substituição dos botijões vazios por botijões cheios;
- 4.3. Será realizada a repesagem dos botijões de 45 kg, cheios e vazios, no ato da entrega, sob observação do GESTOR ou FISCAL do contrato;
- 4.4. A empresa deverá instalar os botijões sem qualquer ônus para a UNILA, arcando também, com as despesas referentes a eventuais perdas no reabastecimento dos botijões, troca de válvulas, lacre, testes hidrostáticos, entre outros. A instalação deve ocorrer conforme especificações do Anexo I deste Termo de Referência.
- 4.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 4.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 DO COMODATO E INSTALAÇÃO DOS BOTIJÕES

- 5.1. O fornecimento do gás GLP em botijões se dará por meio da cessão gratuita (comodato) dos 8 botijões de armazenamento pela Contratada.
- 5.2. O fornecimento do gás GLP contempla a retirada dos botijões vazios; a entrega dos botijões abastecidos, e as respectivas averiguações quanto às instalações e manutenção dos botijões e acessórios.
- 5.3. Os materiais deverão, a contar da data de seu recebimento definitivo, ser entregues com prazo de validade igual ou superior a 12 (doze) meses, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior ao prazo indicado, caso em que tal situação deverá ser devidamente



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

esclarecida na proposta. A contagem do prazo de validade do material será a partir de seu recebimento definitivo pela Contratante.

- 5.4. Os botijões deverão estar em perfeito estado de conservação, com pintura nova, devidamente identificados e constar em suas embalagens secundárias e/ou primárias, as informações referentes a número de lote, data de fabricação e de validade.
- 5.5. O rótulo de corpo do botijão deve descrever as principais características do gás nele armazenado, os procedimentos de emergência e o potencial de risco.
- 5.6. Todo o procedimento de instalação será acompanhado pela equipe da Contratante, que emitirá, ao final dos serviços, relatório dos serviços realizados, em conformidade com as legislações aplicáveis.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 6.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 6.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 6.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 6.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 7.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6** responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição dos produtos;
- 7.1.7** utilizar profissionais técnicos qualificados para o transporte e instalação dos gases;
- 7.1.8** apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;
- 7.1.9** apresentar documento comprobatório da qualificação do motorista, previsto em legislação de trânsito de que recebeu treinamento específico para transportar produtos perigosos;
- 7.1.10** fornecer produtos com todos os dados técnicos, condições de temperatura, densidade e pressão, identificação do grau de risco e das medidas emergenciais a serem adotadas em caso de acidentes;
- 7.1.11** relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.1.12** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.1.13** zelar pela área da Contratante onde serão executados os serviços, respondendo por irregularidades que nela ocorrerem durante a execução dos mesmos, inclusive por desvios por parte do pessoal da Contratada;
- 7.1.14** responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio da Contratante, ou de terceiros em função de ação ou omissão de seus técnicos quando em realização de



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

serviços de levantamento e na execução dos serviços, isentando a Contratante de qualquer ônus ou ação judicial;

- 7.1.15** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.16** Fornecer endereço de correio eletrônico para que sejam encaminhadas as requisições dos materiais.
- 7.1.17** Manter a disponibilidade de 24 horas no atendimento de solicitações de entrega;
- 7.1.18** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos em veículos apropriados para transporte de cargas perigosas, seguindo a regulamentação vigente no Brasil (Decreto Lei Nº 96.044 de 18/05/88 do Ministério dos Transportes e Resolução nº 420 de 12/02/2004 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT).
- 7.1.19** A responsabilidade pela adequação da sinalização do espaço dos tanques para gás será responsabilidade da contratada.
- 7.1.20** Respeitar os prazos e horários de entrega previstos no item 4 acima e respectivos subitens.
- 7.1.21** A empresa fornecedora responsabilizar-se-á pela entrega e transporte do produto, não cabendo à UNILA custear qualquer tipo de despesa referente ao transporte, manuseio ou despesas de outra natureza.
- 7.1.22** A contratada deverá efetuar a troca do produto que não for aceito por estar em desacordo com a quantidade, qualidade e especificações do Termo de Referência, no prazo máximo de 24 horas a contar de sua notificação, via fax ou correio eletrônico, sem quaisquer ônus à UNILA.
- 7.1.23** A Contratada deverá observar as determinações da Resolução ANP Nº 51 DE 30/11/2016 (requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP e a sua regulamentação).
- 7.1.24** Os veículos utilizados para entrega do gás deverão estar em conformidade com o disposto na Resolução ANP nº 26/2015.

8 DA SUSTENTABILIDADE

- 8.1.** Comprovação de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IN/IBAMA nº 06/2013, e legislação correlata.
- 8.2.** Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

9 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

- 12.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13 DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 13.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, no entanto, a contratada deverá observar o item 7 do presente Termo de Referência no que tange às garantias do produto.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 15.1.1** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2** ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3** falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 15.1.4** comportar-se de modo inidôneo;
 - 15.1.5** cometer fraude fiscal;
- 15.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
 - 15.2.1** **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 15.2.2** **multa moratória** de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 15.2.3** **multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.4** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 15.2.5** **suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

- 15.2.6 impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1** A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7 declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3.** As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.4, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.4.2** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.4.3** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 15.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Foz do Iguaçu, 23 de dezembro de 2019.

ELABORADORES:

Carolina Corazon Nunes
Assistente em Adm. (SIAPE 2144700)
Departamento de Estrutura e Serviços - DES

Douglas Felipe Galvão
Assistente em Adm. (SIAPE 2146516)
Departamento de Estrutura e Serviços – DES

Edmundo Sahd Neto
Engenheiro Mecânico (SIAPE 2164051)
Coordenadoria de Projetos e Planejamento

Joásio de Aquino
Assistente em Adm. (SIAPE 2145700)
Departamento de Estrutura e Serviços - DES

APROVADOR:

Gustavo Augusto Gonçalves
Assistente em Adm. (SIAPE 2139594)
Coordenadoria de Infraestrutura - COINFRA



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ANEXO I – PROJETO DAS INSTALAÇÕES DE GÁS